

Search results list

PT/MVNC/ACVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/ACVNC
Title type	Formal
Title	Administração do Concelho de Vila Nova de Cerveira
Date range	1836 - 1937
Dimension and support	972 u.i. (733 cadernos, 186 livros, 51 maços, 21 folhas e 1 pasta); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Administração do Concelho de Vila Nova de Cerveira
Biography or history	<p>Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo decreto de 18 de Julho do mesmo ano.</p> <p>As funções do Administrador do Concelho, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferiram a estes últimos (Livro 1, título 62).</p> <p>Os administradores do concelho superintendiam os assuntos relacionados com as irmandades, hospitais, as misericórdias, zelavam pelo cumprimento das vontades dos testamentários, a par da competência de fiscalização policial e económica. Acresciam a estas funções a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil etc.</p> <p>Os administradores dos concelhos foram definitivamente suprimidos pelo código Administrativo de 1936. Mas as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência de parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o decreto nº9356 de 8 de Janeiro de 1924 acabaria por suprimir o cargo de administrador do concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os governadores civis.</p> <p>Os administradores dos concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer, até 31 de Dezembro de 1937, as funções policiais que, segundo o artigo 80º do mesmo diploma, competiam ao presidente da câmara.</p>
Scope and content	<p>Ao analisarmos a documentação produzida pela Administração do Concelho é possível conhecer e verificar a importância que o Administrador tinha como representante do governo no concelho.</p> <p>Este fundo é constituído fundamentalmente por testamentos (índice e registo de testamentos), legados pios, correspondência, termos de fiança, licenças, registo de presos e contas das irmandades.</p>
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Access restrictions	Comunicável, sem restrições legais
Conditions governing use	<p>A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.</p> <p>Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.</p>
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	Bom estado de conservação.
Other finding aid	Inventário
Related material	Portugal, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Administração do Concelho de Vila Nova de Cerveira (PT/ADVCT/ACVNC)

PT/MVNC/ACVNC-CCRP

Description level	SF
Reference code	PT/MVNC/ACVNC-CCRP
Title type	Formal
Title	Comissão Concelhia de Recenseamento da População
Date range	1911-08-24 - 1912-03-06
Dimension and support	1 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Comissão Concelhia de Recenseamento da População

Scope and content

Pelo Decreto de 17 de Junho de 1911 foi criada uma organização incumbida de elaborar o censo da população concelhia e o presidente desta comissão era o Administrador do Concelho.

PT/MVNC/ACVNC-CCVNC**Description level**

SF

Reference code

PT/MVNC/ACVNC-CCVNC

Title type

Formal

Title

Comissão das Cadeias de Vila Nova de Cerveira

Date range

1840-02-01 - 1857-12-01

Dimension and support

2 u.i.; papel

Holding entity

Município de Vila Nova de Cerveira

Producer

Comissão das Cadeias de Vila Nova de Cerveira

Scope and content

De acordo com a Portaria do Ministério dos Negócios do Reino de 2 de Dezembro de 1839 foram mandadas criar comissões para o sustento dos presos pobres e da pobreza e da salubridade das cadeias. Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.

Arrangement**PT/MVNC/ACVNC-JAC****Description level**

SF

Reference code

PT/MVNC/ACVNC-JAC

Title type

Formal

Title

Junta de Arbitramento das Cõngruas

Date range

1844-01-25 - 1904-05-26

Dimension and support

2 u.i.; papel

Holding entity

Município de Vila Nova de Cerveira

Producer

Junta de Arbitramento das Cõngruas

Scope and content

De acordo com a Carta de Lei de 20 de Julho de 1839, art. 8.º: "Em cada concelho do Continente do Reino, haverá uma Junta para o arbitramento e derramas das cõngruas, composta de um Eclesiástico nomeado pelo Prelado Diocesano, do Administrador do Concelho, do Presidente e Vereador Fiscal da Câmara e do Juiz de Paz da respetiva freguesia.

Arrangement

Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.

PT/MVNC/ALFVNC**Description level**

F

Reference code

PT/MVNC/ALFVNC

Title type

Formal

Title

Alfândega de Vila Nova de Cerveira

Date range

1769-01-01 - 1778-10-23

Dimension and support

1 u.i. (livro); papel

Holding entity

Município de Vila Nova de Cerveira

Producer

Alfândega de Vila Nova de Cerveira

Biography or history	<p>As alfândegas devem ser quase tão antigas como o comércio, elas relacionam-se com as doações e as outorgas dos primeiros forais aos municípios portugueses. Sofreram uma importante alteração no século XVI com as reformas Manuelinas, a centralização régia e o alargamento mercantil da economia portuguesa no contexto dos descobrimentos. Estas instituições estabeleceram-se para cobrarem dois importantes impostos régios: a dizima e as sisas.</p> <p>No início, o seu objectivo passava pela cobrança dos direitos aduaneiros, ou seja, por cobrar os recursos em benefício das autoridades locais. Em 1774, com o Marquês de Pombal, a organização alfandegária sofreu mais uma reforma importante e decisiva no sentido de uma maior simplificação e uniformização destes direitos. Em momentos diferentes e ao longo da sua história, esses direitos tornaram-se um meio crucial de definição das políticas económicas do Estado, que foram projectados para proteger as mercadorias nacionais (medidas mercantilistas e proteccionistas). Terminaram com o liberalismo e as ideias de mercado livre.</p> <p>A posição fronteiriça do concelho de Vila Nova de Cerveira explica o desenvolvimento e a criação de uma Casa de Alfândega por onde era conduzido o comércio de importação e exportação entre o Minho e a Galiza. Esta Alfândega tinha por objectivo fiscalizar todas as mercadorias que entravam e saíam por este porto seco, arrecadar os direitos e outros impostos e velar pela boa aplicação das leis e regulamentos aduaneiros.</p>
Scope and content	Constituído por um livro de registo das ordens, provimentos e provisões.
Arrangement	Organização cronológica
Access restrictions	O acesso aos exemplares a este Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos.
Conditions governing use	<p>A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução.</p> <p>Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.</p>
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/CCVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/CCVNC
Title type	Formal
Title	Corregedor da Comarca de Vila Nova de Cerveira
Date range	1707-05-30 - 1794-01-30
Dimension and support	2 u.i. (livros); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Corregedor da Comarca de Vila Nova de Cerveira
Biography or history	<p>Até 1790 o reino de Portugal encontrava-se dividido espacialmente em jurisdições, das quais as terras da coroa eram denominadas "Correições" e as outras, por pertencerem a Donatários eram as "Ouvidorias". O rei era representado em cada comarca por um magistrado ou tenente, também denominados por meirinhos-móres, posteriormente, no século XV, passariam a chamar-se corregedores. A ele competia-lhe fiscalizar a aplicação da justiça, administrar e inspecionar os vários concelhos da sua comarca. A sua acção era também conhecida por "correição".</p> <p>No século XVII, o reino ainda se encontrava dividido em Comarcas, cujo supremo magistrado era o Corregedor, com extensa jurisdição tanto no crime, como no cível. Na sua área jurisdicional - a Comarca - o Corregedor tinha funções inspectivas e fiscalizadoras sobre a administração municipal, inquiria sobre os Juizes Ordinários, os Juizes dos Órfãos, os Juizes das Sisas, os diversos escrivães e tabeliães, procuradores, alcaides, e quaisquer outros oficiais de justiça e dos concelhos. O Corregedor possuía autoridade e poder para inspecionar e exercer a sua autoridade em áreas tão vastas como a saúde, o estado dos castelos e prisões, o respeito pelos direitos régios, conceder cartas de salvo-conduto, proceder aos autos de residência, etc. O Corregedor tinha ainda poder ao nível da execução da justiça, por alvará poderia mandar prender malfeteiros.</p> <p>No século XIX intervieram nas finanças, promovendo a colecta dos novos impostos e do selo como recebedores da Décima Predial e dos Maneios. Com a Revolução Liberal em 1820 e a separação dos poderes, também as competências judiciais e administrativas dos corregedores foram separadas, levando à extinção do cargo (artigo 18º da Disposição Provisória, de 29 de Novembro de 1832). As competências judiciais ficaram a cargo dos juizes de direito e da relação, e as competências administrativas passaram para os governadores civis.</p>
Scope and content	Este fundo é constituído por dois livros de registos de correições.
Arrangement	Organização cronológica.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	<p>A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina.</p> <p>Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.</p>

Language of the material
Other finding aid

Português
Inventário

PT/MVNC/CMOVNC

Description level F
Reference code PT/MVNC/CMOVNC
Title type Formal
Title Capitania-Mór das Ordenanças de Vila Nova de Cerveira
Date range 1773-04-28 - 1824-10-24
Dimension and support 5 u.i. (livros); papel
Holding entity Município de Vila Nova de Cerveira
Producer Capitania-Mór das Ordenanças de Vila Nova de Cerveira
Biography or history As Ordenanças são milícias próprias dos concelhos dirigidas por um Capitão-Mór, a quem competia organizar a lista das Companhias das Ordenanças. Foram instituídas por D. Sebastião através das Leis e do Regulamento de 1569 e 1570 para a defesa dos concelhos. A Capitania-Mór era um conjunto variável de companhias, chefiadas por um capitão-mór e coadjuvadas por um sargento-mor. Por norma, estes dois cargos eram exercidos pelo senhor da terra ou alcaide, eleito pela câmara de entre a nobreza da terra, eram pessoas muito importantes e distinguidas no que diz respeito ao exercício do poder local no Antigo Regime.

Scope and content Integram neste fundo documental as listas gerais das ordenanças e o registo dos fogos e moradores no distrito da 3ª companhia.

Arrangement Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas

Access restrictions O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.

Conditions governing use A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.

Language of the material Português
Other finding aid Inventário

PT/MVNC/CMVNC

Description level F
Reference code PT/MVNC/CMVNC
Title type Formal
Title Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira
Date range 1512 - 2014
Holding entity Município de Vila Nova de Cerveira
Producer Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Biography or history

As origens de Vila Nova de Cerveira remontam à Idade Média, apesar de existirem vestígios histórico-arqueológicos e patrimoniais que confirmam a presença humana em tempos mais ancestrais. Se, numa primeira fase, os castros surgem nas colinas e cumes com apetência defensiva, numa segunda fase encontram-se ocupações de vale e com grande proximidade aos rios, Minho e Coura. A vida política cerveirense acompanhou a evolução demográfica do território, tendo sido também marcada por constantes ajustes na organização, alargamento e reforço de competências. Alguns autores defendem que as origens do Município recuam ao século XIV a uma carta de 7 de Outubro de 1317, da autoria do rei D. Dinis, posteriormente confirmada por dois forais. Assim surgia a “Vila Nova” de Cerveira com a atribuição da Carta de Foral por D. Dinis, em 1321, com data de 1 de Outubro, e que se destaca dos restantes da mesma época pelo número de privilégios atribuídos aos destinatários. A 20 de Outubro de 1512, o monarca D. Manuel outorgou à vila um novo Foral, integrado na política de reforma, com o objetivo de atualizar os tributos cobrados aos concelhos. Até pelo menos 1527, a vila encontrava-se na posse do rei, tendo durante o reinado de Filipe III, no ano de 1622, passado a ser governada por um juiz de fora, de nomeação régia. A 12 de Julho de 1895 consuma-se a extinção da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, cenário que se prolongou durante três anos quando, por decreto de 13 de janeiro de 1898, foi operada a restauração do concelho. A nova casa da Câmara tornou-se a partir da data da inauguração, a 9 de Abril de 1921, num ponto de confluência da população por albergar as várias repartições públicas concelhias (Tribunal Judicial da Comarca, Cartório Notarial e Conservatórias do Registo Civil e Predial). Nos anos oitenta do século XX sofreu obras de ampliação e melhoria, de forma a poder responder às exigências das reformas do Governo. Atendendo à exiguidade dos espaços, as repartições nele instalados inicialmente, foram sendo transferidos para edifícios próprios construídos em outros locais da vila. Atualmente, compete à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira a administração de um concelho com uma área de 108.47 Km², distribuídos por 15 freguesias, designadamente Campos, Candemil, Cornes, Covas, Gondar, Gondarém, Loivo, Lovelhe, Mentrestido, Nogueira, Reboreda, Sapardos, Sopo, Vila Meã e Vila Nova de Cerveira.

Scope and content

O Fundo é constituído por uma grande diversidade de séries de onde se destacam, por serem as mais consultadas as “Actas das Sessões da Câmara Municipal”. Incluem-se neste fundo séries como: “Correspondência Recebida”, “Correspondência Expedida”, “Registo de Expostos”, “Requerimentos”, “Recenseamento e Recrutamento Militar”, entre muitas outras.

Arrangement

Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.

Access restrictions

O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.

Conditions governing use

A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.

Language of the material

Português

Physical characteristics and technical requirements

Estado de conservação razoável.

ALMEIDA, C. A. Brochado de – Pelos caminhos do património de Vila Nova de Cerveira. Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 2000.

ANTUNES, João Manuel Viana – Os Forais de Vila Nova de Cerveira, Camara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 1996.

CAPELA, José Viriato - As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas memórias paroquiais de 1758 - Alto Minho: memória, história e património – Monção. Casa Museu de Monção e Universidade do Minho, 2005.

GUERREIRO, Castro (coord.) – Vila Nova de Cerveira no Portugal Antigo e Moderno, in Arquivo Cerveirense, nº1, Vila Nova de Cerveira, 1999

MINISTÉRIO DA CULTURA, ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL MÓVEL, Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias, vol.3 – Distrito de Viana do Castelo, [Lisboa], 1996, p. 364-371. ISBN 972-8107-25-0.

PT/MVNC/CRCVNC**Description level**

F

Reference code

PT/MVNC/CRCVNC

Title type

Formal

Title

Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Cerveira

Date range

1911-04-01 - 1978-05-15

Dimension and support

229 u.i. (livros); papel

Holding entity

Município de Vila Nova de Cerveira

Producer

Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Cerveira

Biography or history	<p>A legislação sobre o Registo Civil deu os primeiros passos com Mouzinho da Silveira em 16 de Maio de 1832, contudo só com a Lei da divisão administrativa de 18 de Julho de 1835, é que se confirmou a autoridade do estado para registar os Nascimentos, Casamentos e Óbitos, mas o país esmagadoramente católico não aceitou esta política e o estado recuou.</p> <p>Foi com o advento da república e a publicação do decreto com força de lei de 18 de Fevereiro de 1911 (D.G. nº 41 de 20/02/1911) que se estabeleceu a obrigatoriedade da inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e à família, e à composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos. No mesmo registo procedia-se também à inscrição dos reconhecimentos e legitimações dos filhos, os divórcios, declarações de nulidade ou anulações de casamentos e outros atos ou factos relativos ao estado civil. São também criados, nas freguesias distantes das conservatórias e demais repartições do registo civil, os postos de registo civil que forem indispensáveis para a comodidade dos povos.</p> <p>Os livros de Registo Paroquiais, deveriam de ser encerrados e entregues ao Conservador do Registo Civil dos concelhos a que pertencem.</p> <p>Em 1932, surge um novo Código do Registo Civil, que definia que os livros de registo paroquial passariam definitivamente do poder dos párocos para a posse do conservador civil da respetiva área, bem como os livros dos administradores do concelho que deveriam de ser transferidos e arquivados nas repartições do Registo Civil.</p> <p>Com o surgimento deste código, os registos paroquiais acabam definitivamente, foram criadas medidas para que os párocos entregassem os livros e deixassem de proceder a registos.</p> <p>Mais tarde surgem os Códigos de Registo Civil de 1958, 1967, 1978 e por último em 1995 que continua em vigor, apesar de já ter sido atualizado. Neste diploma são extintos, definitivamente os restantes Postos de Registo Civil, existentes nas freguesias rurais, uma vez que o Decreto-Lei nº 519-F2/79 de 29 de Dezembro, declara no seu artigo 12º que os Postos de Registo Civil existentes seriam extintos á medida que o respetivo lugar de ajudante vagasse.</p>
Custodial history	A documentação que constitui este fundo, encontrava-se confiada à Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo, para onde foi enviada pela Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Cerveira.
Acquisition information	Incorporação de 30 de Novembro de 2011, proveniente da Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo.
Scope and content	Este fundo é constituído por livros de extratos dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos lavrados na Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Cerveira. Estes livros registam, extratos dos assentos originais que se encontram na referida Conservatória. Aparecem ainda livros de perfilhações e legitimações e transcrições.
Arrangement	Organização cronológica por série documental
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	Reprodução sob a forma de fotocópia não autenticada e condicionada ao estado de conservação dos documentos. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	De um modo geral, bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia de remessa e índices alfabéticos dos registados contidos nos próprios livros.
Location of originals	Os livros originais encontram-se na Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Cerveira.
Related material	Administração do Concelho de Vila Nova de Cerveira, existente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo (PT/ADVCT/ACVNC).

PT/MVNC/EPCVNC12

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/EPCVNC12
Title type	Controlado
Title	Escola Primária de Carrela - Sapardos
Date range	1961 - 2003
Dimension and support	16 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Escola Primária de Carrela - Sapardos

Biography or history	<p>Em 1940, a Câmara juntamente com o Estado, acordou a construção de um edifício escolar para a freguesia de Sapardos.</p> <p>Em 1946 iniciou-se a construção da escola de Carrela, num terreno oferecido por José Barbosa, morador nesta freguesia, e foi entregue a 16 de Janeiro de 1949.</p> <p>A escola foi construída, segundo o estilo arquitetónico conhecido como "Português Suave", incorporando características da arquitetura tradicional e local. Rogério de Azevedo foi o arquiteto responsável pelos edifícios da região Norte do país. Esta escola caracterizava-se por ser uma escola de duas salas gémeas tipo Minho.</p> <p>No ano de 1973 foram tomadas várias providências, no sentido de eliminar o muro de separação de sexos desta escola para as aulas serem dadas em conjunto.</p> <p>No ano letivo de 2006/2007, esta escola encerrou e, por uma questão de proximidade geográfica, os alunos foram transferidos para a escola de Mentrestido. Em 2010, com a construção do Centro Escolar Norte em Campos, os alunos passaram a frequentar este pólo.</p>
Custodial history	O Fundo da Escola Primária de Sapardos foi incorporado no Arquivo Municipal no ano de 2011.
Scope and content	O Fundo é constituído por diversas séries onde se destacam: as actas das sessões da Direcção da Caixa Escolar, a correspondência recebida e expedida e o Plano Pedagógico e Regulamento da Escola.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	Encontram-se, de um modo geral, em bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia e Inventário

PT/MVNC/EPMVNC02

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/EPMVNC02
Title type	Controlado
Title	Escola Primária de Moreira - Candemil
Date range	1978 - 2004
Dimension and support	29 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Escola Primária de Moreira - Candemil
Biography or history	<p>Na década de 40 surge, a nível nacional, um programa de construção escolar designado por "Plano dos Centenários" cujo objetivo era a criação de estabelecimentos de ensino primário necessários à instrução do povo português. Deste modo, pretendiam que nenhuma criança deixasse de ter escola ao seu alcance e que cada escola tivesse edifício próprio e devidamente apropriado para o seu funcionamento.</p> <p>Em 1968, a construção de uma escola primária na freguesia de Candemil foi incluída no referido plano. Contudo, e devido a complicações que surgiram com a aquisição do terreno entre os proprietários e a Câmara Municipal, somente em 1974 foi dada autorização para construir o edifício, que só ficou concluído em 1979.</p> <p>A escola foi construída, segundo o estilo arquitetónico conhecido como "Português Suave", incorporando características da arquitetura tradicional e local. Rogério de Azevedo foi o arquiteto responsável pelos edifícios da região Norte do país.</p> <p>Esta escola funcionou até ao ano letivo de 2005/2006, altura em que foi encerrada pela Direcção Regional de Educação do Norte e os alunos foram transferidos para a escola de Mentrestido. Em 2010, com a construção do Centro Escolar Norte em Campos, os alunos passaram a frequentar este pólo.</p>
Custodial history	O Fundo da Escola Primária de Moreira, da freguesia de Candemil encontrava-se depositado nos armazéns da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e em 2009 foi incorporado no Arquivo Municipal.
Scope and content	O Fundo é constituído por diversas séries onde se destacam: o registo de assiduidade dos alunos, a correspondência recebida e expedida e um álbum relativo a atividades desenvolvidas pelos alunos na escola.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português

Physical characteristics and technical requirements	Encontram-se, de um modo geral, em bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia e Inventário

PT/MVNC/EPNVNC10

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/EPNVNC10
Title type	Controlado
Title	Escola Primária de Nogueira
Date range	1977 - 2004
Dimension and support	12 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Escola Primária de Nogueira
Biography or history	<p>Uma das promessas republicanas prendia-se com a reforma do ensino. Esta reforma começou pela instrução primária, por ser através dela que se procurava conseguir a transformação mental do país. A reforma do ensino primário foi publicada por Decreto de 29 de Março de 1911. Segundo esta reforma, o ensino primário seria dividido em três escalões: o elementar, o complementar e superior. O elementar era obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os sete e os catorze anos. Os outros escalões eram facultativos.</p> <p>O decreto previa que em Agosto de cada ano, as juntas de paróquia tivessem a obrigação de efectuar o recenseamento de todas as crianças em idade escolar, nas respectivas freguesias, incorrendo em multas se o não fizessem. Por sua vez, os pais eram obrigados a apresenta-los às matrículas.</p> <p>A exigência do recenseamento das crianças em idade escolar tinha como objectivo combater o analfabetismo.</p> <p>A 7 de Julho de 1913 foi criado o Ministério da Instrução Pública de quem ficou dependente o serviço de instrução primária.</p> <p>Assistiu-se assim a um crescimento acentuado da criação de escolas primárias por todo o país e o concelho de Vila Nova de Cerveira não foi excepção pois em quase todas as freguesias, foi criada uma escola primária ou uma casa de escola. Estas escolas podiam ser mistas, móveis, femininas ou masculinas, tendo em conta as necessidades económicas da freguesia e o recenseamento feito pelo Pároco.</p> <p>Somente em 1959 foi incluída no Plano dos Centenários a construção do edifício escolar de uma sala para Nogueira e foi entregue à Câmara Municipal a 26 de Dezembro de 1962.</p> <p>A escola foi construída, segundo o estilo arquitectónico conhecido como "Português Suave", incorporando características da arquitectura tradicional e local. Rogério de Azevedo foi o arquitecto responsável pelos edifícios da região Norte do país.</p> <p>Na sessão da câmara de 12 de Maio de 1993 é analisado um ofício recebido da Direcção Escolar de Viana do Castelo onde informa a sua intenção em suspender o funcionamento desta escola por só frequentarem este estabelecimento de ensino 9 alunos.</p> <p>No entanto a Câmara não aceitou essa suspensão enquanto não ficasse definido o local para onde os alunos seriam transferidos. Esta suspensão nunca se concretizou.</p> <p>As últimas referências que temos desta escola datam de 2001.</p> <p>Os alunos da freguesia de Nogueira ainda frequentaram a escola de Cornes antes de serem transferidos em 2010 para o Centro Escolar Norte.</p>
Custodial history	O Fundo da Escola Primária de Nogueira encontrava-se depositado nos armazéns da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e foi incorporado no Arquivo Municipal no ano de 2009.
Scope and content	O Fundo é constituído por diversas séries onde se destacam: o registo de matrículas, frequências e seus resultados, correspondência expedida e recebida.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	Encontram-se, de um modo geral, em bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia e Inventário

PT/MVNC/EPQVNC01

Description level	F
--------------------------	---

Reference code	PT/MVNC/EPQVNC01
Title type	Controlado
Title	Escola Primária de Quintã - Campos
Date range	1941 - 2000
Dimension and support	19 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Escola Primária de Quintã - Campos
Biography or history	<p>O Plano dos Centenários consistiu num projeto de construção de escolas em larga escala, levado a cabo pelo Estado Novo em Portugal, entre as décadas de 1940 e de 1960. Apesar de não termos nenhuma data em concreto que nos permita indicar o início da construção da Escola da Quintã, assim denominada até aos nossos dias, sabemos que aquele estabelecimento de ensino tinha duas salas gémeas e foi entregue a 27 de Abril de 1949.</p> <p>A escola foi construída segundo o estilo arquitetónico conhecido como "Português Suave", incorporando características da arquitetura tradicional e local. Rogério de Azevedo foi o arquiteto responsável pelos edifícios da região Norte do país.</p> <p>A partir de 28 de Junho de 1973 começaram a ser tomadas várias providências no sentido de eliminar o muro de separação de sexos desta escola (Decreto Lei nº 482/72 de 28 de Novembro). Esta escola foi ampliada de duas para quatro salas, mas não há nenhuma data que refira essa alteração.</p> <p>Pela ata de 28 de Dezembro de 2005, constatamos que no ano letivo de 2006/2007, a Escola de Campos recebeu os alunos da escola primária de Vila Meã. Em 2010, a escola da Quintã encerrou e os alunos passaram a frequentar o Centro Escolar Norte em Campos.</p>
Custodial history	O Fundo da Escola Primária de Quintã, da freguesia de Campos foi incorporado no Arquivo Municipal no ano de 2011.
Scope and content	O Fundo é constituído por diversas séries onde se destacam: as atas das sessões da Direção da Caixa Escolar, a correspondência expedida e recebida e o recenseamento das crianças em idade escolar.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	Encontram-se, de um modo geral, em bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia e Inventário

PT/MVNC/EPRVNC11

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/EPRVNC11
Title type	Controlado
Title	Escola Primária de Ratoeira - Reboreda
Date range	1911 - 2002
Dimension and support	37 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Escola Primária de Ratoeira - Reboreda
Biography or history	<p>Entre as décadas de 1940 e 1960 foi levado a cabo pelo Estado Novo o Plano dos Centenários. Este programa constituiu um projeto de construção de escolas em larga escala, com o objetivo de proporcionar a todas as crianças a possibilidade de frequentar a escola. Cada estabelecimento tinha de ter um edifício próprio e devidamente apropriado para o seu funcionamento.</p> <p>Inserido na terceira fase do Plano dos Centenários, o edifício escolar gémeo, de duas salas, da freguesia de Reboreda começou a ser construído a 18 de Maio de 1954 e foi entregue a 26 de Maio de 1956.</p> <p>A escola foi construída, segundo o estilo arquitetónico conhecido como "Português Suave", incorporando características da arquitetura tradicional e local. Rogério de Azevedo foi o arquiteto responsável pelos edifícios da região Norte do país.</p> <p>Esta escola funcionou até ao ano letivo de 2007/2008. Com a abertura do Centro Escolar de Vila Nova de Cerveira, no ano de 2008, os alunos passaram a frequentar este novo pólo de ensino.</p>
Custodial history	O Fundo da Escola Primária de Reboreda foi incorporado no Arquivo Municipal no ano de 2011.
Scope and content	O Fundo é constituído por diversas séries onde se destacam: as actas das sessões da Direcção da Caixa Escolar, a correspondência expedida e recebida e o recenseamento das crianças em idade escolar.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.

Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Physical characteristics and technical requirements	Encontram-se, de um modo geral, em bom estado de conservação.
Other finding aid	Guia, Inventário

PT/MVNC/IMVNC10

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/IMVNC10
Title type	Formal
Title	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Freguesia de Nogueira
Date range	1760-05-03 - 1762-05-24
Dimension and support	1 u.i. (livro); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Freguesia de Nogueira
Biography or history	As confrarias ou irmandades existem desde o período Medieval para ajudar os mais pobres, os doentes, os órfãos, as viúvas e os presos. Durante a Idade Moderna estas instituições continuaram a desempenhar funções importantes a nível social e religioso visto os seus principais objectivos passarem pela promoção do culto religioso e a ajuda espiritual e material aos mais desfavorecidos. Estas irmandades recebiam alguns lucros pelo apoio que prestavam para além das receitas que podiam advir dos funerais, das missas e das rezas, também possuíam outros bens aforados como: propriedades rústicas, urbanas e árvores. A Igreja Católica promoveu o culto a Nossa Senhora do Rosário com o intuito de purificar a alma através da oração do terço, surgindo assim a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. As irmandades contribuíram para o reforço dos laços de solidariedade, ajuda ao próximo, promoção social e concorriam com várias outras instituições como as Misericórdias.
Scope and content	Deste fundo apenas consta um livro dos estatutos da confraria.
Accruals	Não se prevê ingressos adicionais.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução dos documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/JEVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/JEVNC
Title type	Formal
Title	Junta Escolar de Vila Nova de Cerveira
Date range	1928-12-08 - 1929-10-06
Dimension and support	1u.i (livro); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Junta Escolar de Vila Nova de Cerveira
Biography or history	A Junta Escolar de Vila Nova de Cerveira, foi uma instituição que tinha como objectivo atenuar os defeitos de uma administração centralizadora e distante procurando uma aproximação às escolas. Com o passar do tempo estas juntas foram substituídas pelas delegações escolares e posteriormente por directores de escola.
Scope and content	Este fundo é constituído por um livro de autos de posse.
Arrangement	Organização cronológica
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.

Conditions governing use	A reprodução de docuemntos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/LAVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/LAVNC
Title type	Formal
Title	Liga dos Amigos de Cerveira
Date range	1978-10-05 - 1997-12-08
Dimension and support	7 u.i. (3 livros, 4 maços, 1 caderneta); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Liga dos Amigos de Cerveira
Biography or history	<p>A Liga dos Amigos de Cerveira criada no dia 4 de Novembro de 1978 só foi constituída legalmente como associação sem fins lucrativos por escritura de 3 de Julho de 1991.</p> <p>A sede era em Vila Nova de Cerveira e tinha como objectivos: a defesa, a recuperação e o enriquecimento do património cultural; a defesa do património ecológico, ambiental e paisagístico; a divulgação dos valores concelhios; a promoção do bem-estar e do desenvolvimento social, económico e turístico; o interesse pelo ordenamento do território. Pretendia ajudar a dinamizar e a desenvolver o concelho de Vila Nova de Cerveira, através da criação de infra-estruturas e equipamentos que consideravam essenciais ao bem-estar da população.</p> <p>Esta associação, formada por um grupo de 19 pessoas movidas pelo amor à terra, e regeu-se por Estatutos e por um Regulamento Geral Interno. Relativamente aos órgãos sociais ou Corpos Gerentes, a Liga dos Amigos de Cerveira era constituída por Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, eleitos por escrutínio secreto por um período de três anos.</p> <p>Os últimos registos do seu funcionamento datam de 1997, altura em que encerrou.</p>
Scope and content	Neste fundo destacamos principalmente o livro de actas, o livro de inscrição dos associados, a correspondência recebida e expedida e o regulamento interno.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/PCVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/PCVNC
Title type	Formal
Title	Provedoria do Concelho de Vila Nova de Cerveira
Date range	1829-09-10 - 1836-10-23
Dimension and support	4 u.i. (2 livros, 2 maços); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Provedoria do Concelho de Vila Nova de Cerveira

Biography or history	Em 1832, o decreto nº 23 de 16 de Maio criou o cargo de Provedor do Concelho, conferindo aos seus titulares amplas atribuições no âmbito da administração local. Os Provedores dos Concelhos vieram substituir os extintos Provedores das Comarcas nas competências que lhes estavam cometidas, pelo título 62 do Livro 1 das Ordenações Filipinas, relativamente à tomada de contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, Morgados e Capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, Hospitais e outros estabelecimentos pios. A partir do ano de 1834, na sequência de um decreto de 9 de Julho e portaria da Secretaria de Estado do Ministério do Reino de 18 de Agosto, os escrivães das Provedorias dos Concelhos foram também declarados competentes para o registo de testamentos, em substituição dos extintos Ofícios Privativos do Registo de Testamentos. Os Provedores dos Concelhos vieram a ser suprimidos pelo decreto de 18 de Julho de 1835 que estabeleceu um novo sistema administrativo.
Scope and content	Este fundo é constituído pela correspondência recebida da Prefeitura do Minho e Sub Prefeitura de Monção, registo de passaportes e registo de testamentos.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário, catálogo.

PT/MVNC/PVNC01

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/PVNC01
Title type	Controlado
Title	Paróquia de Campos
Date range	1755-09-03 - 1846-12-20
Dimension and support	1 u.i. (livro); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Paróquia de Campos
Biography or history	Na lista das igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, em 1258, a igreja de São João de Campos pertencia ao bispo de Tui. No Censual de D. Diogo de Sousa (1514 - 1532), no qual se faz o apuramento da contribuição que as igrejas, que tinham pertencido à Sé de Tui e então incorporadas na diocese de Braga, tinham de pagar à arquidiocese, Campos vem mencionada no concelho de Vila Nova de Cerveira, com taxa de 160 réis. No entanto, em 1545, no Memorial feito no tempo do arcebispo D. Manuel de Sousa, pelo vigário da comarca de Valença Rui Fagundes, São João de Campos estava enquadrada naquela comarca. Na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo sobre a situação canónica destes benefícios, refere-se que São João de Campos se dividia em duas partes, pertencendo a metade sem cura ao arcebispo "in solidum", e a outra, com cura, ao mosteiro de Valboa, ao qual competia o direito de apresentação. Em 1582, por provisão do arcebispo D. Diogo de Sousa e breve do Papa Clemente VII, o mosteiro de Valboa veio a ser anexado à comunidade beneditina de Santa Ana de Viana. Em 1757, São João de Campos possuía dois abades, tendo cada um de rendimento 150 mil réis. Em 1839, enquadrava-se na comarca de Monção, ficando no ano seguinte anexa à freguesia de Vila Meã. Em 1852 aparece na comarca de Valença. No mapa das cõngruas, de 1856, Campos e Vila Meã figuram separadamente, voltando a unir-se em 1864. Neste ano tiveram um pároco comum. Recuperou o seu estatuto de freguesia a 13 de Janeiro de 1898, altura em que o concelho de Vila Nova de Cerveira foi restaurado. Pertence à Diocese de Viana do Castelo desde 3 de Novembro de 1977.
Scope and content	Neste fundo documental existe apenas um livro de registo de testamentos.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/PVNC05

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/PVNC05
Title type	Controlado
Title	Paróquia de Gondar
Date range	1841 - 1865
Dimension and support	1 u.i. (livro); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Paróquia de Gondar
Biography or history	<p>Em 1258, é citada na lista das igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, que pertenciam ao bispado de Tui. Neste documento, cujo original se encontra na Torre do Tombo, denominava-se "Gondar". Em 1320, aparece enquadrada no arcediagado de Cerveira, como uma das igrejas do bispado de Tui, no território de Entre Lima e Minho.</p> <p>Em 1546 Santa Eulália de Gondar estava integrada na Terra de Vila Nova de Cerveira e Comarca Eclesiástica de Valença, rendendo 13 mil reis.</p> <p>O Censual de D. Frei Baltasar Limpo, na cópia de 1580, utilizada pelo Padre Avelino J. da Costa na elaboração do seu livro "A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho", refere que nesta época Santa "Ovaia de Gondar" pertencia à Terra de Vila Nova de Cerveira, da colação do Arcebispo.</p> <p>Segundo Américo Costa, foi vigairaria da apresentação do Mosteiro de S. Bento de Viana do Castelo.</p> <p>Em 1839 pertencia à comarca de Monção, aparecendo, em 1852, na de Valença. Por força do decreto de 12 de Julho de 1895, o concelho de Vila Nova de Cerveira foi suprimido, sendo Gondar anexada ao de Valença. Em 1898, por decreto de 13 de Janeiro, o concelho de Vila Nova de Cerveira foi restaurado. Santa Eulália de Gondar volta a pertencer-lhe, em 1927, de harmonia com o decreto de 1917, de 9 de Julho.</p> <p>Deste fundo apenas consta um livro das Contas da Junta de Paróquia de Gondar.</p>
Scope and content	
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário

PT/MVNC/PVNC10

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/PVNC10
Title type	Controlado
Title	Paróquia de Nogueira
Date range	1803-11-05 - 1815-05-22
Dimension and support	1 u.i (livro); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Paróquia de Nogueira
Biography or history	<p>Por volta do ano de 1080, D. Afonso VI, rei de Castela e Leão, e sogro do Conde D. Henrique fundou Nogueira, dando-a à igreja de Santiago da Galiza.</p> <p>Na lista das igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, em 1258, é citada como sendo uma das igrejas pertencentes ao bispado de Tui.</p> <p>"Sancti Jacobi de Nogueira" figura no catálogo da mesma igreja, que o rei D. Dinis mandou organizar em 1320 para determinação da taxa a pagar.</p> <p>Na cópia de 1580 do Censual de D.Frei Baltasar Limpo refere-se que São Tiago de Nogueira era da apresentação de Santa Maria d'Alheira, da Terra de Neiva.</p> <p>Segundo Américo Costa, era vigairaria da apresentação do abade da referida freguesia de Alheira, de Barcelos. Era cabeça do Couto de Nogueira, pertencente à Casa de Bragança, que recebia um quinto dos frutos.</p> <p>Em 1839 pertenceu à comarca de Monção e, em 1852, à de Valença. Por força do Decreto de 13 de Janeiro de 1898, que restaurou Vila Nova de Cerveira, extinto em 1895, Nogueira voltou a pertencer a este concelho.</p> <p>Pertence à Diocese de Viana do Castelo desde 3 de Novembro de 1977.</p> <p>Integra a série designada por Capítulos do Couto de Nogueira.</p>
Scope and content	
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.

Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário
PT/MVNC/PVNC13	
Description level	F
Reference code	PT/MVNC/PVNC13
Title type	Controlado
Title	Paróquia de Sopo
Date range	1658-04-01 - 1836-07-22
Dimension and support	4 u.i. (livros); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Paróquia de Sopo
Biography or history	<p>Na lista das igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, em 1258, é citada como sendo uma das igrejas pertencentes ao bispado de Tui. Neste documento, cujo original se encontra na Torre do Tombo, denomina-se "Zopo".</p> <p>Em princípios do século XVI esta paróquia era uma entre as freguesias de Entre Lima e Minho incorporadas na Diocese de Braga e situava-se no concelho de Caminha.</p> <p>Em 1546 mantinha-se na mesma comarca.</p> <p>A cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo sobre a situação canónica destes benefícios, refere que Santiago de Sopo, ainda na comarca de Caminha, se dividia em duas, pertencendo a metade sem cura ao arcebispo e sendo a outra, com cura, da apresentação de padroeiros leigos. Anotou-se ainda no aludido Censual que o arcebispo D. Diogo de Sousa confirmara uma doação do padroado da metade com cura de Sopo, feita por certas pessoas ao Marquês de Vila Real. Este cedeu depois o direito do padroado a seu filho, Duque de Caminha, tendo sido esse direito incorporado na Casa do Infantado, por pai e filho se encontrarem implicados na conspiração de D. João IV.</p> <p>Em termos administrativos figura, em 1839, no concelho de Monção e, em 1852, no de Valença. Tendo sido anexada ao concelho de Caminha, por decreto de 12 de Julho de 1895, que extinguiu o de Vila Nova de Cerveira, voltou a este com a sua restauração em 1898, feita pelo decreto de 13 de Janeiro.</p> <p>Pertence à Diocese de Viana do Castelo desde 3 de Novembro de 1977.</p> <p>Este fundo é constituído por duas séries documentais: registos de testamentos e capítulos de visitasões.</p> <p>Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.</p> <p>O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.</p> <p>A reprodução dos documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina.</p> <p>Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.</p> <p>Português</p> <p>Inventário, catálogo.</p>
Scope and content	
Arrangement	
Access restrictions	
Conditions governing use	
Language of the material	
Other finding aid	

PT/MVNC/RCVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/RCVNC
Title type	Formal
Title	Recebedoria do Concelho de Vila Nova de Cerveira
Date range	1840-07-05 - 1842-06-29
Dimension and support	2 u.i. (livros); papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Recebedoria do Concelho de Vila Nova de Cerveira

Biography or history	A reforma da organização e da administração da Fazenda Pública levada a efeito pelo Decreto nº 22 de 16 de Maio de 1832, veio concentrar na figura do Recebedor Geral da Província as funções de escrituração e arrecadação da fazenda até então cometidas aos contadores das comarcas, provedores, corregedores e juizes. Na dependência directa do Recebedor Geral, encontravam-se os delegados, que desempenhavam funções no âmbito da comarca, e os sub-delegados e recebedores particulares, a nível dos concelhos. O Decreto de 12 de Dezembro de 1842 manteve a figura do Recebedor, de nomeação do Tribunal do Tesouro e sob proposta do Governador Civil, nos bairros e concelhos, cabendo às respectivas administrações a função fiscal e administrativa exercida através de um dos escrivães a seu cargo. A reforma da organização de serviço da Fazenda, de 1849, instituiu em cada administração de concelho um Escrivão de Fazenda privativo, proposto pelo respectivo Delegado do Tesouro. Os lugares de escrivães de fazenda dos concelhos foram extintos em 1869 e restaurados logo no ano seguinte pelo Decreto de 4 de Janeiro que reformou o regulamento geral da administração da fazenda pública.
Scope and content	Apenas foi identificada a série documental escrituração da receita dos selos.
Arrangement	Organização cronológica.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução dos documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação e o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português
Other finding aid	Inventário, catálogo.

PT/MVNC/SCMVNC

Description level	F
Reference code	PT/MVNC/SCMVNC
Title type	Formal
Title	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira
Date range	1686 - 1998
Dimension and support	169 u.i.; papel
Holding entity	Município de Vila Nova de Cerveira
Producer	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira
Biography or history	Com muita antiguidade, vários autores apontam a data da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira para os finais do século XVI. Sabe-se que foi governada pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa, datado ao ano de 1618, quase até ao final do século XIX (1897), altura em que se fizeram novos estatutos. A Misericórdia de Cerveira foi criada no interior do Castelo e numa casa contígua à Câmara Municipal, onde ainda hoje se mantém a Igreja da Misericórdia. À semelhança de muitas outras localidades, esta confraria também anexou o hospital medieval existente. Formada por 100 irmãos eleitos no dia de Santa Isabel, a Santa Casa cerveirense operava com numerus clausus e funcionava com irmãos extra-ordinários, isto é, homens que não integravam formalmente a Misericórdia, mas considerados confrades. Os órgãos diretivos da instituição eram eleitos, tal como todas, nos dias dois e três de julho. No dia dois, os eleitores escolhiam os mesários e, no dia seguinte, faziam a publicação dos resultados. A Mesa reunia normalmente uma vez por mês e, nestas ocasiões, tomavam as resoluções consideradas adequadas ao bom governo da confraria. As Santas Casas cumpriam um papel fundamental no combate à pobreza e na ajuda aos mais desfavorecidos, prestando um vasto leque de serviços: ajudavam os seus róis de pobres, a domicílio no caso dos envergonhados, faziam distribuição semanal de esmolas, albergavam peregrinos, entravam nas cadeias para alimentar e tratar os presos, curavam doentes, enterravam defuntos etc. À medida que o seu prestígio cresceu, muitas pessoas escolhiam estas instituições para gerir os seus legados, para além de receberem grandes benfeitorias.
Custodial history	O Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira deu entrada, a título de depósito, no Arquivo Municipal em outubro de 2014.
Scope and content	O Fundo da SCMVNC é constituído por uma grande diversidade de séries de onde se destacam: os estatutos da Santa Casa da Misericórdia, o registo de entrada dos irmãos da Irmandade, o assento dos foros e prazos que pagam à Santa Casa e as atas das sessões da mesa entre outras.
Arrangement	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Access restrictions	O acesso aos exemplares do Arquivo é de consulta livre mas está sujeito ao estado de conservação dos documentos e à lei.
Conditions governing use	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo de documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Language of the material	Português

Physical characteristics and technical requirements Estado de conservação razoável, pontualmente mau.

CAPELA, José Viriato - As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas memórias paroquiais de 1758 - Alto Minho: memória, história e património - Monção: Casa Museu de Monção e Universidade do Minho, 2005.

DIOGO, José Leal – Santa Casa da Misericórdia – Para a História de Vila Nova de Cerveira II. Edição da Câmara Municipal, 1979.

GUERREIRO, Castro – A Misericórdia e outras antigas Irmandades e Confrarias em Vila Nova de Cerveira. Revista “Pórtico Cerveirense”, 2008. ISBN 972-99127-1-8.

MINISTÉRIO DA CULTURA, ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL MÓVEL, Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias, vol.3 – Distrito de Viana do Castelo, [Lisboa], 1996, p. 385-391. ISBN 972-8107-25-0.